

Moçambique: o Governo na encruzilhada

Africa Confidential 14/1/89

O ANO DE 1988 deveria ter sido crucial no quadro da estratégia política e militar de Maputo visando o enfraquecimento da Renamo. Mas tal projecção, que no início do ano passado animava a Direcção da Frelimo, foi em toda a linha negada pela evolução que a situação de facto sofreu. Os ganhos diplomáticos de Maputo, estes reais, não tiveram nenhuma transposição para o plano da situação interna, nos aspectos político e militar.

A Lei da Amnistia, em que Maputo apostou como um instrumento de desagregação da Renamo, ficou-se por resultados inexpressivos ao fim de um ano de vigência. O controverso e pouco representativo Paulo Oliveira (AC n.º 25, pág. 8) foi praticamente o único transfuga de vulto a aderir à Lei. Os 2895 «arrendidos» que oficialmente Maputo aponta como tendo aderido à Lei da Amnistia — prorrogada agora por mais um ano — são na sua esmagadora maioria civis subtraídos ao controlo da Renamo.

Por outro lado, apesar de um discurso oficial que por norma evidencia exaustivamente aquilo a que são chamadas as vitórias militares na luta contra a Renamo, a verdade, irrecusável, é a de que 1988 acabou para o Exército moçambicano em situação de ainda maior desvantagem. Ao contrário do que a estratégia de Maputo previa, a Renamo não só não entrou em definhamento como adquiriu uma pujança operacional sem precedentes.

Não há nenhuma dúvida de que no seio da Frelimo há vozes que em privado se manifestam a favor de um compromisso com a Renamo como uma «via realista» para pôr termo à guerra que tem arrasado o país e comprometido os esforços com vista à sua recuperação económica. Mas também é exacto que há uma outra corrente, a dos chamados radicais, que repele obstinadamente quaisquer ideias que te-

nam em vista o diálogo com a Renamo.

Em círculos habilitados de Maputo há informações segundo as quais o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi — muito próximo de Joaquim Chissano — se teria encontrado informalmente com «gente da Renamo». Com uma carga de veracidade maior, há também informações segundo as quais o bispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, também teria estabelecido contactos da mesma natureza a pedido de figuras da Frelimo.

Na última sessão da Assembleia Popular, Joaquim Chissano reconheceu implicitamente isto ao dizer que «indivíduos moçambicanos e estrangeiros de boa fé» têm, «por iniciativa própria», mantido contactos com a Renamo. Acrescentou, no entanto, numa precisão adequada à retórica oficial, que tais acções se destinavam a tentar «encorajar alguns cabeceiras a cessarem a prática do terror e a participarem na reconstrução do país».

No ano que agora se inicia, o Governo continua aparentemente apostado em insistir na sua estratégia de desarticulação da Renamo, corrigindo ou melhorando aspectos da sua formulação. Do ponto de vista militar vai dar-se prioridade ao chamado Sistema de Defesa Territorial (autodefesa), inspirado em clássicas doutrinas da luta antiguerrilha. Isto vai especialmente permitir não expor tanto o Exército, poupando-o do enorme desgaste a que tem estado sujeito.

Informações de bom nível indicam que alguns oficiais portugueses com experiência acumulada no campo da contraguerrilha têm ultimamente estado a ser recrutados por Moçambique. Um caso é o do capitão «comando» Queimada e outro o do capitão pára-quedista Melo de Carvalho, que embarcaram recentemente para Moçambique. Mas conhecem-se outras diligências com o mesmo fim.

A própria Lei da Amnistia vai tornar-se mais atractiva tendo em vista aumentar o potencial de aliciamento dos rebeldes. No entanto, permanecem profundas dúvidas quanto à sua eficácia enquanto a Renamo mantiver o seu actual ascendente militar. Recentemente o líder da Renamo, Afonso Dhlakama foi filmado num ponto tão perto de Maputo que se vêem os prédios mais altos da cidade como pano de fundo. Tais imagens foram muito exploradas do ponto de vista psicológico.

Tal como Africa Confidential tem assinalado, os próprios aliados de Moçambique estão cada vez mais cépticos quanto à possibilidade de uma vitória militar sobre a Renamo. Foi, em fins de 1988, o caso (AC n.º 33, pág. 5) da Tanzânia. Recentemente, a própria URSS tem estado a tomar atitudes que vão claramente no sentido de uma completa falta de confiança na possibilidade de ser encontrada uma solução militar para o problema.

O embaixador soviético em Maputo notificou já as autoridades de que a ajuda militar soviética iria ser reduzida, o mesmo acontecendo em relação ao fornecimento de combustíveis. Por outro lado, foi notória

uma embaraçosa declaração do embaixador manifestando o desagrado da URSS pela forma como o Exército moçambicano tem estado a usar o armamento pesado soviético.

Apesar destes e de outros factores desfavoráveis, não há dúvida de que Maputo se prepara para fazer acrescidos esforços militares e políticos para combater a Renamo. No entanto, isso é interpretado mais como uma medida destinada a impedir uma deterioração contínua da situação, do que propriamente tendo em vista obter vantagens. O Governo controla completamente a manobra diplomática, e neste plano isolou a Renamo, mas será difícil ter possibilidades de inverter a seu favor o curso da actual situação interna.

Um arranjo com a Renamo é por isso defendido por sectores da Frelimo como uma medida que deve ser tentada e, de preferência, o mais cedo possível. Espera-se que em 1989 possa ser dado um passo nesse sentido, tendo em conta as perspectivas em matéria de uma alteração do equilíbrio interno de forças, a favor dos moderados, a que o próximo Congresso da Frelimo pode conduzir.